



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 130/2025.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, PARA ATENDIMENTO ÀS OFICINAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS (SCFV) DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR (ASSISTÊNCIA) E CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, VISANDO À REALIZAÇÃO DE OFICINAS DIRECIONADAS AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FOCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, A SEREM OFERTADOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR (SAÚDE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO ITEM	CÓDIGO CATSER	QTD ASSIST. SOCIAL	QTD SAÚDE	QTD TOTAL	VLR UNT	VALOR TOTAL
1	HRS	Oficina de Muay Thai: com instrutor na modalidade, para ministrar aula a alunos de 7 a 16 anos, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 60. Os serviços executados deverão ser em instalações físicas compatíveis com a execução do objeto, e deverão ser localizados no perímetro urbano da cidade de Bandeirantes. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 141,77	R\$ 13.609,92
2	HRS	Oficina de Karatê: com instrutor na modalidade, para ministrar aula a alunos a partir de 05 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 60. Os serviços executados deverão ser em instalações físicas compatíveis com a execução do objeto, e deverão ser localizados no perímetro urbano da cidade de Bandeirantes. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 98,96	R\$ 9.500,16
3	HRS	Oficina de Capoeira: com instrutor na modalidade, para ministrar aula a alunos a partir de 06 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 60. Os serviços executados deverão ser em instalações físicas compatíveis com a execução do objeto, e deverão ser localizados no perímetro urbano da cidade de Bandeirantes. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 109,32	R\$ 10.494,72
4	HRS	Oficina de Judô: com instrutor na modalidade, para ministrar aula a alunos de 9 a 17 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 60. Os serviços deverão ser executados em instalações físicas compatíveis com a execução do objeto, e deverão ser localizados no perímetro urbano da cidade de Bandeirantes. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais	14311	96		96	R\$ 103,75	R\$ 9.960,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5	HRS	Oficina de hidroginástica: com professor graduado em curso superior em Educação Física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aula para alunos a partir de 60 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 80. Os serviços deverão ser executados no estabelecimento do licitante vencedor, com exigência de piscinas aquecidas, e dentro do perímetro de Bandeirantes. Tamanho mínimo da piscina: 1,40 m de profundidade, 8 m. de comprimento, e 4 m. de largura. Com atendimento de 6 horas semanais e 24 horas mensais. PREFERÊNCIA ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	14311	288		288	R\$ 143,97	R\$ 41.463,36
6	HRS	Oficina de natação: com professor graduado em curso superior em Educação Física com registro do Conselho Regional de Educação Física, (CREF) para ministrar aula a alunos de 06 a 15 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 80. Os serviços deverão ser executados no estabelecimento do licitante vencedor, com exigência de piscinas aquecidas, e dentro do perímetro de Bandeirantes. Tamanho mínimo da piscina: 1,40 m de profundidade, 8 m. de comprimento, e 4 m. de largura. Com atendimento de 6 horas semanais e 24 horas mensais. PREFERÊNCIA ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	14311	288		288	R\$ 140,18	R\$ 40.371,84
7	HRS	Oficina de Artesanato: As oficinas de artesanato apresentam conteúdos teóricos e práticos que tem como objetivo proposta terapêutica com práticas manuais, utilizando materiais recicláveis, tricô, crochê, macramê, atividades em e.v.a, biscuit, tecido, tear, bordado, patchwork, feltro. bijuterias, bordados, cerâmica, vidro, gesso, mosaicos, velas, sabonetes, sachês, caixas variadas, metais, brinquedos, arranjos, apliques, entre outros. Qualificação técnica: O Instrutor da Oficina deve possuir curso de capacitação com certificado em artesanato para ministrar aula a alunos a partir de 18 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Terá aula em 5 locais, sendo que 3 se trata de UBS, comportando 30 alunos em cada local. Com atendimento 9 horas semanais e 36 horas mensais.	14311	288		288	R\$ 101,53	R\$ 29.240,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8	HRS	Oficina de Balé clássico: com professor graduado em curso superior em Educação Física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aula a crianças a partir de 6 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de alunos: 60. Os serviços deverão ser executados em instalações físicas compatíveis com a execução do objeto, e deverão ser localizados no perímetro urbano da cidade de Bandeirantes. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 126,12	R\$ 12.107,52
9	HRS	Oficina de Vôlei adaptado para idosos: Professor graduado em curso superior em Educação Física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aulas a alunos a partir de 60 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Quantidade máxima de 30 alunos. A oficina de Vôlei Adaptado para Idosos tem como objetivo promover a prática de atividade física de forma segura, prazerosa e inclusiva, respeitando os limites e potencialidades da pessoa idosa. Através do esporte adaptado, busca-se estimular a convivência social, o fortalecimento de vínculos, a autonomia e o bem-estar físico e emocional dos participantes. As atividades devem ser planejadas considerando a capacidade funcional dos idosos, utilizando adaptações nas regras, equipamentos e dinâmicas do jogo, de modo a possibilitar a participação ativa e segura de todos. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 108,08	R\$ 10.375,68
10	HRS	OFICINA DE YOGA: Trabalhar o corpo e a mente de forma interligada, com exercícios que auxiliam no controle do estresse, ansiedade, dores no corpo e na coluna, além de melhorar o equilíbrio e promover a sensação de bem-estar e disposição. Qualificação Técnica: o instrutor deve possuir curso de formação de Yoga e comprovar experiência e capacidade para a atividade para ministrar aulas a alunos acima de 60 anos. Capacidade máxima de 60 alunos. Com atendimento de 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 140,61	R\$ 13.498,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

11	HRS	OFICINA GINÁSTICA PARA IDOSOS: Alongamento/Ginástica expressão corporal, alongamento, equilíbrio. Trabalhar fortalecimento muscular, flexibilidade, coordenação motora e qualidade de vida que envolve técnicas de respiração, alongamentos, reeducação da postura e trabalhos musculares. Qualificação técnica: o instrutor deve possuir graduação em educação física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aulas a alunos a partir de 60 anos. Capacidade máxima de 60 alunos. Com atendimento em 9 UBS, sendo 20 horas semanais e 80 horas mensais.	14311	96	864	960	R\$ 114,73	R\$ 110.140,80
12	HRS	AULA DE FUTEBOL E FUTSAL: Atuar com ética e profissionalismo, realizar atividades desenvolvendo as técnicas exigidas pelo esporte, bem como aprimorar a disciplina através do mesmo. Desenvolver maior flexibilidade, melhorar o condicionamento físico, a autoconfiança, a postura e desenvolver o trabalho em equipe, de acordo com seu ciclo de vida, visando prevenir a ocorrência de situações de risco social, estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivência individuais e coletivas, na família e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui articulação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Qualificação técnica: o instrutor deve possuir graduação em educação física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aulas a alunos de 06 a 15 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Com atendimento de 24 horas semanais e 120 horas mensais.	14311	1.440		1.440	R\$ 100,60	R\$ 144.864,00
13	HRS	AULA DE BIODANÇA: Atuar com ética e profissionalismo, visando proporcionar o desenvolvimento da musicalidade, do ritmo, da coordenação motora e da consciência corporal através dos movimentos, estimulando a memória e a socialização dos participantes, além de trabalhar a correção postural, flexibilidade, equilíbrio e fortalecimento muscular. Avaliar e orientar os alunos e controlar as frequências. Participar de planejamentos coletivos, de acordo com o seu ciclo de vida, visando prevenir a ocorrência de situações de risco social, estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui articulação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Qualificação técnica: o instrutor deve possuir graduação em educação física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aulas a alunos a partir de 60 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Com atendimento de 2 horas semanais e 10 horas mensais.	14311	120		120	R\$ 115,49	R\$ 13.858,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

14	HRS	AULA DE ZUMBA: Atuar com ética e profissionalismo, visando proporcionar o desenvolvimento da musicalidade, do ritmo, da coordenação motora e da consciência corporal através dos movimentos, estimulando a memória e a socialização dos participantes, além de trabalhar a correção postural, flexibilidade, equilíbrio e fortalecimento muscular. Avaliar e orientar os alunos e controlar as frequências. Participar de planejamentos coletivos, de acordo com o seu ciclo de vida, visando prevenir a ocorrência de situações de risco social, estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui articulação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Qualificação técnica: o instrutor deve possuir graduação em educação física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aulas a alunos de 18 a 59 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Com atendimento de 2 horas semanais e 10 horas mensais.	14311	120		120	R\$ 115,33	R\$ 13.839,60
15	HRS	Oficina de hidroginástica: com professor graduado em curso superior em Educação Física com registro do Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aula para pacientes do Centro de Fisioterapia Municipal de todas as faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos), previamente selecionados e encaminhados pela equipe técnica, com prescrição médica para realização de atividade aquática como parte do tratamento fisioterapêutico. Quantidade máxima de pacientes: 80. Os serviços deverão ser executados no estabelecimento do licitante vencedor, com exigência de piscinas aquecidas, e dentro do perímetro de Bandeirantes. Tamanho mínimo da piscina: 1,40 m de profundidade, 8 m. de comprimento, e 4 m. de largura. Com atendimento para 1 UBS, sendo 2 horas semanais e 8 horas mensais.	14311	96		96	R\$ 143,97	R\$ 13.821,12
16	HRS	Oficina de Artesanato: As oficinas de artesanato apresentam conteúdos teóricos e práticos que tem como objetivo proposta terapêutica com práticas manuais, utilizando materiais recicláveis, tricô, crochê, macramê, atividades em e.v.a, biscuit, tecido, tear, bordado, patchwork, feltro. bijuterias, bordados, cerâmica, vidro, gesso, mosaicos, velas, sabonetes, sachês, caixas variadas, metais, brinquedos, arranjos, apliques, entre outros. Qualificação técnica: O Instrutor da Oficina deve possuir curso de capacitação com certificado em artesanato para ministrar aula a alunos a partir de 18 anos de idade, selecionados por equipe técnica. Terá aula em 5 locais, sendo que 3 se trata de UBS, comportando 30 alunos em cada local. Com atendimento 9 horas semanais e 36 horas mensais.	14311	144		144	R\$ 101,53	R\$ 14.620,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

17	HRS	OFICINA DE YOGA: Trabalhar o corpo e a mente de forma interligada, com exercícios que auxiliam no controle do estresse, ansiedade, dores no corpo e na coluna, além de melhorar o equilíbrio e promover a sensação de bem-estar e disposição. Qualificação Técnica: o instrutor deve possuir curso de formação de Yoga e comprovar experiência e capacidade para a atividade para ministrar aulas para as gestantes atendidas pela rede municipal de saúde. Capacidade máxima de 60 alunos. Com atendimento em 4 UBS, sendo 8 horas semanais e 32 horas mensais. PREFERÊNCIA ME, EPPE MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	14311		384	384	R\$ 140,61	R\$ 53.994,24
								R\$ 555.761,28

Os valores se encontram distribuídos para 2 Secretarias do Município de Bandeirantes-PR, sendo eles:

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres, com valor estimado de **R\$374.198,88 (trezentos e setenta e quatro mil cento e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos);**
- Secretaria Municipal Saúde, com valor estimado de **R\$181.562,40 (cento e oitenta e um mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).**

Desta forma, **o valor total do processo se deu em R\$555.761,28 (quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos).**

1.2.O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura e publicação do contrato na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, podendo conter cláusulas de prorrogação caso seja necessário.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ações Governamentais: A presente contratação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo, pois, enquadra-se no entendimento de se tratar de despesa destinada ao custeio/serviços de atividades rotineiras e habituais do ente, não havendo necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário- financeiro ou de declaração do ordenador de despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO na forma disposta nos Art. 16 e 17 da Lei complementar nº 101/2020 – LRF.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, SAS0023 e SS1129 conforme sétima alteração publicada no Diário Oficial do Município de Bandeirantes, em 01 de agosto, Edição nº 1119, Ano 2025. Podendo ser acesso no sítio eletrônico: <https://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico/ler/prepara-pdf/1119>

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. NATUREZA DO SERVIÇO

3.2.1. Prestação de serviços.

3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À CONTRATAÇÃO

3.3.1. A contratação para a aquisição deverá obedecer, no que couber:

3.3.2. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.3. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.4. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.5. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

Qualidade da Execução das Atividades:

3.4.1. As oficinas deverão ser planejadas com base em metodologia participativa, lúdica e inclusiva, respeitando as especificidades de cada faixa etária e grupo atendido (crianças, adolescentes, adultos e idosos).

3.4.2. O conteúdo deve ser adaptado às características do território e à realidade dos usuários, estimulando a autonomia, o protagonismo, o respeito e a solidariedade.

3.4.3. As atividades devem respeitar os princípios éticos do SUAS e promover os direitos socioassistenciais.

3.4.4. As atividades devem respeitar os princípios éticos do SUS e promover os direitos à saúde.

Qualificação Técnica dos Profissionais:

3.4.5. Os profissionais contratados deverão possuir qualificação compatível com a natureza da oficina ofertada, conforme estabelecido nos requisitos mínimos de contratação.

3.4.6. A atuação deve estar em consonância com os princípios éticos e técnicos da prática profissional e com as diretrizes do SCFV.

3.4.7. As atividades propostas deverão reforçar os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS), visando à promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, e recuperação da saúde, com abordagem integral e centrada no usuário e sua comunidade.

Frequência e Carga Horária:

3.4.8. As oficinas deverão ocorrer conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres, respeitando a carga horária mínima estabelecida em contrato.

3.4.9. As oficinas deverão ocorrer conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando a carga horária mínima estabelecida em contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.4.10. A pontualidade e a regularidade da execução das oficinas são essenciais para a continuidade e a qualidade do serviço prestado.

Relatórios e Avaliação:

3.4.11. O profissional deverá elaborar relatórios mensais descritivos de atividades, contendo informações sobre presença dos usuários, metodologias aplicadas, avaliação das atividades e eventuais encaminhamentos.

3.4.12. Haverá avaliação periódica da satisfação dos usuários e da efetividade das oficinas, por meio de instrumentos definidos pelas equipes técnicas das Secretarias de Assistência Social e de Saúde.

Conduta Ética e Relacional:

3.4.13. Os profissionais devem manter postura ética, respeitosa e empática, considerando a diversidade cultural, social e étnica dos usuários.

3.4.14. É vedada qualquer prática discriminatória, vexatória ou que exponha os participantes a situações constrangedoras.

Acompanhamento Técnico:

3.4.14. A execução das oficinas será acompanhada por equipe técnica da Proteção Social Básica, que poderá realizar visitas técnicas, observações in loco e reuniões de avaliação com os profissionais contratados.

3.4.15. A execução das oficinas voltadas aos usuários da Rede Municipal de Saúde será acompanhada e supervisionada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, preferencialmente aquela ligada à Atenção Primária à Saúde (APS) e ao Centro de Fisioterapia Municipal.

3.4.16. O descumprimento das obrigações contratuais ou a má conduta profissional poderá ensejar advertência, substituição do profissional ou rescisão contratual.

3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.5.1. Não será permitida a subcontratação integral e parcial do objeto.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S

3.6.1. Nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, poderão participar MEI'S, ME's ou EPP's, concorrendo com os benefícios legais desde que o ramo de atividade seja compatível com o objeto, aplicando-se ainda os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

3.7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

3.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, sendo elas FLAVIA ALINE FERRAZ BIAGGI- PORTARIA Nº 2.151/2.025 e ANDREA REGINA DOS SANTOS SILVA - PORTARIA Nº 2.249/2.025.

3.7.3. A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sra. ROSIANE CRISTINA VIEIRA NÉIA STORTI e Sr. ALEXANDRO BERETTA.

3.7.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.7.5. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal 3.537/2023, quanto às atribuições do gestor e fiscal do contrato.

3.7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.7.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.7.15. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.7.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.8. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

3.8.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: 08/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.8.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: 08/2025

3.8.3. Data início da execução: 08/2025

3.8.4. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.8. GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, seja através de seguro garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária.

3.9. DO PAGAMENTO

3.9.1. Considerando que não demanda a presente contratação de exigência de garantia e execução de serviços, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Na presente contratação, não se aplicam critérios de sustentabilidade que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, por se tratar de Prestação de Serviços.

4.2. Na presente contratação, não se aplica a indicação de marcas.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não se aplica exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, de acordo com a disponibilidade dos professores contratados, locais disponibilizados e necessidade desta Secretaria, em negociação e comum acordo.

5.1.2. Os serviços deverão ser executados em local a ser combinado com o gestor da Secretaria, a depender da oficina/curso a ser ministrada.

5.1.3. A CONTRATADA, no ato da assinatura do presente contrato, deverá apresentar o local onde serão prestados os serviços relativos às Oficinas de Natação e Hidroginástica. Tal local deverá estar de acordo com o descritivo e atender a todas as especificações técnicas e requisitos de segurança necessários para a execução das atividades, bem como estar de acordo com as normas regulamentares vigentes. A não apresentação do local de prestação de serviço no momento da assinatura do contrato acarretará na imediata rescisão do presente contrato, sem prejuízo das penalidades previstas.

5.1.4. Caso não seja possível a prestação dos serviços na data assinalada, a empresa deverá apresentar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.5. O prazo de execução dos serviços será dividido em horas semanais, podendo ocorrer alteração com prévia comunicação e recebimento de outras demandas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.1.6. A empresa contratada deverá apresentar mensalmente um relatório, lista de presença de alunos e realizar o preenchimento de cadastro dos alunos e encaminhá-los a Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1.7. Não se aplica prazo de garantia, pois o objeto desta contratação é de prestação de serviços profissionais

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme portaria de nomeação.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão processante ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12)

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.12. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice, caso seja o contrato prorrogado e sua execução/vigência exceda o prazo estipulado neste edital, o preço poderá ser revisado segundo o índice INPC, IPCA ou outro que apresente mais vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade., com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

6.13 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas: visita semanal, relatórios da contratada e lista de frequência dos alunos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Após a finalização do mês ou número de oficinas/aulas, deverá ser enviada a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos.

7.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023

7.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor para fins de correção monetária.

Forma de pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Tratamento Diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Em conformidade com o disposto no § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e considerando a natureza do objeto e a existência de um mercado fornecedor com a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), este Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, terá reservada uma cota de 25% do valor total estimado do objeto ou dos itens divisíveis para contratação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e cooperativas que se enquadrem nas definições legais. Esta medida visa promover o desenvolvimento econômico local e garantir a participação dessas empresas, sem comprometer a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração. As demais disposições relativas ao tratamento diferenciado para ME/EPP seguirão as orientações da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Observação: O item 8.4. foi excluído desse Termo de Referência, pois o mesmo não se aplica ao objeto contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [MM42]
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Observação: Os itens 8.11 até 8.16, foram excluídos desse Termo de Referência, pois os mesmos não se aplicam ao objeto contratado.

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo, pois a participação de consórcios envolve contratações de grande vulto e/ou alta complexidade técnica. Portanto, o presente processo não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, uma vez que não possuía tais características.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Observação: Os itens 8.27 até 8.31, foram excluídos desse Termo de Referência, pois os mesmos não se aplicam ao objeto contratado.

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

Qualificação Técnica

8.32. Atestado de capacidade técnica-operacional emitido por no mínimo 01 (um) órgão público ou privado comprovando a especialidade no objeto do presente edital, compreendendo características, quantidades e prazos emitidos em nome da matriz ou da filial do fornecedor, desde que comprovado por qualquer vínculo empregatício ou simples contrato de prestação de serviços. O atestado deverá comprovar pelo menos o quantitativo de 50% do objeto.

8.32.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.33.1. Será exigida a comprovação da qualificação técnica dos profissionais a serem contratados para ministrar as oficinas, de acordo a descrição de cada item:

- No caso das Oficina de Lutas, Artes Marciais, o instrutor precisa ter formação dentro da sua modalidade. Comprovar graduação através de diploma/ certificados;
- No caso das Oficinas de Vôlei adaptado para Terceira Idade, Ginástica para Terceira Idade, o instrutor deve ser profissional formado em Educação Física. Comprovar graduação através de diploma; e Registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
- Nas Oficinas de Natação e Hidroginástica o instrutor deve ser profissional formado em Educação Física. Comprovar graduação através de diploma; e Registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
- No caso das Oficinas de Balé, Yoga e Artesanato além das demais modalidades mencionadas anteriormente, Comprovar experiência, conhecimento e prática, por meio de atestado de capacidade técnica.

8.33.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.33.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

A justificativa para solicitar atestados de capacidade técnica em licitações é garantir que o contratante terá a garantia de que o serviço será realizado por uma empresa ou profissional que tenha experiência prévia em atividades semelhantes e que possua a habilidade necessária para executá-las de forma adequada. Isso minimiza o risco de atrasos, erros ou problemas durante a execução do serviço contratado.

Além disso, a apresentação de atestados de capacidade técnica é uma forma de incentivar a concorrência saudável entre os licitantes, já que as empresas ou profissionais que não possuem experiência ou habilidades suficientes para realizar o serviço de forma adequada não serão capazes de apresentar os documentos solicitados e, portanto, não serão selecionados.

DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.33.4. (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) item (ns) arrematado(s).

8.33.5. Quando o atestado de capacidade de técnica for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser apresentado, com firma reconhecida em cartório (acórdão 1847/2019 – TCE- PR).

OBS.: Valerá, para fins de garantia de veracidade do atestado, documento firmado mediante assinatura digital, cabendo a administração a possibilidade de realização de diligência, a posteriori, para averiguação de sua autenticidade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os valores se encontram distribuídos para 2 Secretarias do Município de Bandeirantes-PR, sendo eles:

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres, com valor estimado de R\$ **374.198,88 (trezentos e setenta e quatro mil cento e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos);**
- Secretaria Municipal Saúde, com valor estimado de **R\$181.562,40 (cento e oitenta e um mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).**

Desta forma, o valor total do processo se deu em **R\$555.761,28 (quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
298 - 09.001.08.244.0813.2058.3.3.90.30.00	BLOCO PROTEÇÃO BÁSICA	04002/00934.09.06. 06.06.1.660.0000
255 - 09.001.08.244.0801.2056.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMÍLIA	00777/01014.11.99. 07.21.2.749.0000
312 - 09.001.08.241.0816.6050.3.3.90.39.00	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	04008/01011.09.99. 05.18.2.749.0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Saúde

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
338 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002
355 - 11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.39.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL	00494/00494.09.02. 06.20.1.600.0000
367 - 11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO	00351/00494.09.02.05.20.1.621.0000
405 - 11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.1

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes, 07 de agosto de 2025.

Rosiane Cristina Vieira Néia Storti

Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres

Portaria 14.859/2025

Alexandro Beretta

Secretário Municipal de Saúde